

Exma. Senhora

Presidente do Conselho Executivo

C/C:

Directora Regional de Educação do Norte

Presidente da Assembleia da República

Primeiro-Ministro

Ministra da Educação

Provedor da Justiça

Presidente da Comissão Parlamentar de Educação

Presidente do Conselho Geral Transitório

Presidente do Conselho Pedagógico

Presidente da Direcção da Associação de Pais e Encarregados de Educação

Os professores e educadores do Agrupamento Vertical de Escolas de Couto de Cucujães, abaixo assinados, declaram estar em desacordo com o novo Modelo de Avaliação de Desempenho introduzido pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, pelas razões a seguir apontadas:

- O processo é demasiado burocrático, levando a um défice de qualidade no exercício das funções essenciais do professor;
- O processo é gerador de conflitos, podendo levar a um trabalho individualista, em detrimento do trabalho cooperativo e de pares a que estávamos habituados;
- O processo assenta num sistema injusto, ao estabelecer quotas para as classificações de Muito Bom e Excelente, privando candidatos legítimos de aceder às referidas classificações;
- O processo depende de factores externos e não imputáveis ao professor, nomeadamente a taxa de abandono e a previsão de resultados escolares, desprezando variáveis inerentes à realidade social, económica, cultural e familiar dos alunos;
- O processo não contempla as particularidades dos docentes de Educação Especial;
- O processo de avaliação não deve assentar numa quantificação da melhoria dos resultados escolares dos alunos, dado que pode desvirtualizar o processo de ensino - aprendizagem;

- O processo recorre a instrumentos de avaliação recomendados pelo Ministério da Educação, cuja complexidade prejudica a objectividade da avaliação;
- O processo gera desigualdades, já que o desempenho dos docentes de algumas áreas curriculares depende da avaliação externa dos alunos;
- O processo encontra-se viciado pelos critérios do primeiro concurso de acesso a Professor Titular, que geraram uma divisão artificial entre “titulares” e “professores” valorizando apenas critérios administrativos, independentemente da valorização das competências pedagógicas, científicas e técnicas. Este concurso excluiu muitos professores altamente qualificados, que dedicaram muitos anos de trabalho ao serviço da educação e que investiram na sua formação profissional.

Para comprovar alguns dos aspectos negativos deste processo, junto anexamos os documentos que suportam a implementação deste processo de avaliação no nosso Agrupamento; anexo um, orientações para a elaboração do dossiê do professor; anexo dois, grelha de observação de aulas; anexo três, grelha de objectivos individuais; anexo quatro, grelha de avaliação do Conselho Executivo (em discussão); anexo cinco, grelha de auto-avaliação, entre muitos outros.

Os professores e educadores deste agrupamento sublinham que não estão contra uma avaliação séria, útil, objectiva, prática e que conduza ao bom desempenho profissional e à melhoria dos resultados escolares dos alunos, mas apenas contra este modelo imposto pelo Ministério da Educação, que não gera justiça, imparcialidade, coerência e valorização profissional.

Assim, face ao exposto, e tendo em conta que, para além de todos os problemas apontados, os professores e educadores deste Agrupamento, abaixo assinados, decidiram não prosseguir com a implementação deste processo, até que o referido modelo seja reformulado e discutido com os intervenientes, por quem de direito, entenda-se o Ministério da Educação.

Para contribuir de uma forma construtiva no processo de avaliação, constituímos um grupo de trabalho que irá elaborar propostas que visem a correcção dos aspectos considerados negativos.

Cucujães, 12 de Novembro de 2008







